



APRENDIZAGEM E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: REFLEXÕES SOBRE O OLHAR DA COMPLEXIDADE

LIA MICAELA BERGMANN, lia.bergmann@unijui.edu.br, UNIJUÍ – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

CELSO JOSE MARTINAZZO, martinazzo@unijui.edu.br, UNIJUÍ – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Resumo

Assim como na modalidade presencial, há uma preocupação com a qualidade da modalidade de educação a distância, a qual corre o risco de se resumir em ensino, por meio da mera transmissão do conhecimento, prejudicando a aprendizagem. Como forma de suplantar essa conjuntura, torna-se viável olhar para a educação sob a óptica da teoria da complexidade. A partir deste contexto, o presente artigo teve como objetivo estabelecer um diálogo com os autores pesquisados sobre os assuntos complexidade, aprendizagem e educação a distância; contribuindo para o meio acadêmico como uma breve fonte de conhecimentos. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, constituída basicamente de livros e artigos sobre os assuntos em questão. Como resultados, identificou-se que há uma relação clara entre os termos, quando os autores apontam para uma necessidade de reforma do pensamento e, posteriormente, da escola. Isso porque, temos uma compreensão restrita da realidade, em função de termos aprendido a fragmentar o saber, sem uni-lo novamente.

Palavras-chave: Aprendizagem; Teoria da complexidade; EaD.

INTRODUÇÃO

A especialização trouxe uma série de avanços para a ciência, permitindo encontrar respostas antes não encontradas; ou como disse Morin (2000), a mente humana possibilitou desenvolver competências ainda desconhecidas pela inteligência, compreensão e criatividade. O inconveniente deste progresso está no fato de que aprendemos a fragmentar demais o saber, e não a uni-lo novamente e analisá-lo na sua relação com o todo. Esse cenário estende-se para a modalidade de ensino a distância, a qual corre o risco de se transformar somente em ensino, ou mera transmissão de conhecimento.

Nesse sentido, torna-se necessário aprofundar o conhecimento sobre essa questão. No presente artigo teórico, o objetivo foi de estabelecer um diálogo com os autores pesquisados sobre os assuntos complexidade, aprendizagem e educação a distância; e assim, contribuir para o meio acadêmico como uma breve fonte de conhecimentos.

De acordo com Gil (2008), trata-se de uma pesquisa social aplicada, desenvolvida no nível exploratório utilizando-se dados secundários disponíveis em fontes bibliográficas, constituída basicamente de livros e artigos sobre os assuntos em questão.

Depois de concluída a pesquisa bibliográfica, a autora organizou o artigo em três partes: introdução, desenvolvimento e conclusão. Na primeira, a autora faz uma breve apresentação do estudo e contextualização. No desenvolvimento, optou-se por não trabalhar os assuntos em tópicos separados em função de estarem inter-relacionados, bem como, para

alcançar o objetivo proposto. Por fim, a conclusão apresenta a opinião da autora a respeito dos conceitos abordados na segunda parte do artigo.

COMPLEXIDADE E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Complexus, na visão de Morin (2000), significa o que foi tecido junto e a complexidade existe quando os diferentes elementos não podem ser substituídos do todo. De modo simplificado, Folloni (2016) entende por complexo que não pode ser controlado, apenas administrado; enquanto que o complicado pode ser resolvido. Já a teoria da complexidade, ele define como uma teoria dedicada ao entendimento da realidade, pois estuda os sistemas complexos: como são e como se comportam. Contudo, o autor aponta um cuidado com os estudos sobre a complexidade, no sentido de evitar uma tentativa de obter um conhecimento total e extensivo de toda a realidade. Se isso ocorrer, provavelmente se tornará obsoleto em pouco tempo (FOLLONI, 2016).

Para Morin (2000), o ser humano é um ser complexo – ao mesmo tempo físico, biológico, cultural, psíquico, histórico e social -, mas que a unidade complexa da natureza humana está dissociada da educação por meio das disciplinas. O que significa, ter se tornado impossível de aprender o significado de ser humano, quando esse deveria ser o objeto primordial do ensino. A teoria da complexidade, de acordo com Silva (2016), poderia ser utilizada pelos educadores para que reflitam sobre as “fronteiras disciplinares”, permitindo o diálogo e comunicação entre elas, mas sem desconsiderar suas diferenças e especificidades.

Para Martinazzo (2010), é necessária uma mudança na educação escolar, de modo que docentes e discentes possam se situar e se entender no universo que atuam. Trata-se de uma visão transdisciplinar, buscando juntar o que fomos ensinados a fragmentar. Nesse sentido, Martinazzo, Erthal e Lima (2014) relatam que deve haver uma ruptura no modelo de pensamento disciplinar e simplificador, visto que nos impede de enxergar a realidade. O pensamento complexo surge no intuito de obter uma visão mais ampla dos acontecimentos.

Folloni (2016) também comenta sobre a fragmentação do conhecimento que ocorre com a divisão em disciplina. Embora essa divisão ocorra em função da especialização, ela prejudica a produção de um saber mais abrangente. A especialização que se fecha por si mesma, na visão de Morin (2000), impede de resolver os problemas particulares, aqueles que só podem ser pensados na sua conjuntura. A complicação está no fato de os problemas essenciais nunca serem parcelados e os problemas globais serem, cada vez mais, essenciais. O conhecimento especializado remove um objeto do seu contexto, ignora laços e intercomunicações, e insere o objeto no setor abstrato da disciplina compartimentada.

Marques (1993), quando fala sobre a educação moderna, comenta sobre o conhecimento científico fragmentado e isolado das demais regiões do saber. Nega-se as complexidades da vida. Para Martinazzo e Grzeca (2011), o conhecimento fragmentado desperta um pensamento simplificador e técnico-instrumental aos alunos, o que leva à redução e a uma restrita compreensão da realidade. Folloni (2016), por sua vez, declara que para entender emergências não se pode utilizar o método redutor, em função de que não há como compreender o fenômeno emergente somente pelo estudo das partes.

Para Morin (2000, p. 39), “a educação deve promover a ‘inteligência geral’ apta a referir-se ao complexo, ao contexto, de modo multidimensional e dentro da concepção global”. Sobre a inteligência geral, o autor declara que quanto mais essa for poderosa, maior é a capacidade de ocupar-se de problemas especiais. Na visão de Martinazzo e Grzeca (2011), torna-se um desafio da educação desenvolver a competência de contextualizar e globalizar os saberes, a fim de apreciar uma visão complexa do mundo. Para isso, os autores comentam

sobre a necessidade de realizar uma reforma educativa que reforme o pensamento. Há alguns anos, Morin (2000) já declarava que a ação da educação do futuro deve ser a reforma das mentalidades.

Para Martinazzo (2004), a reforma da educação é urgente, pois está transmitindo um conhecimento disciplinar e fragmentado, quando deveria ensinar a juntar e contextualizar. Para Martinazzo (2010, p. 48):

Um dos grandes desafios da educação escolar consiste em desenvolver e/ou despertar no humano possibilidades para a formação da sua identidade e subjetividade, permitindo uma compreensão da totalidade humana num mundo plural, tendo em vista fazer desse mundo uma Terra-Pátria de todos.

Para Martinazzo e Amaral (2012), o papel da educação é de formar o homem, para que o mesmo se constitua como tal. É por meio da educação que os homens desenvolvem a capacidade de pensar. Para Demo (1994, p.47), “sociedade educada é aquela composta de cidadãos críticos e criativos”.

Demo (1994) revela que as novas gerações estão exigindo, cada vez mais, educação; e não somente ensino. E quando há somente ensino, não há educação. Para o autor, a mera transmissão de conhecimento não necessita do docente, visto que a tecnologia faz isso de forma mais atraente e socializadora. Para o autor, o desafio é aprender a aprender, tornar a escola um lugar de educação e conhecimento, onde se possa unir saber e mudar.

No entanto, não se pode abandonar a tradição. Para Marques (1993), o maior desafio dos educadores nos tempos mudados é a reconstrução da educação, sem abandonar o legado. Olha-se para o passado como uma forma de construir o futuro que desejamos. Para Martinazzo e Dresch (2014), as disciplinas possuem o papel de permitir que os alunos conheçam os saberes já consolidados pela tradição e/ou ciência. Contudo, isso não significa que novas teorias não possam surgir, colocando as até então estabilizadas sob suspeita do erro, da incerteza, do engano e da ilusão.

Martinazzo (2004) comenta que Morin sugere uma revisão do paradigma da simplificação, dos saberes que dividem e limitam o que é complexo. Mas o autor salienta que o pensar complexo demanda dedicação permanente para pensar seu próprio pensamento. Martinazzo e Dresch (2014) declaram que a interdisciplinaridade não é caracterizada pela boa-vontade dos docentes em se reunirem, definirem um tempo e trabalhar coletivamente. O verdadeiro sentido dessa palavra é revelado quando a disciplina não consegue esclarecer as interrogações apontadas por ela própria.

O ato de ensinar não é tarefa simples de transmissão de conhecimentos, mas de criar condições para que os alunos construam seu próprio conhecimento (FREIRE, 2014). Assim, na visão de Marques (2006), o docente aprende ao ensinar e o aluno ensina ao aprender, em um processo dialético de reconstruir as aprendizagens, que o docente conduz por meio do planejamento da aula.

Freire (2014) entende a prática educativa como uma tarefa constante em favor do desenvolvimento da autonomia de educadores e educandos. Nesse sentido, Marques (2006) explica que a mediação da docência ocorre entre alunos, com seus saberes da vida, e com o professor, além da experiência da própria vida, com o saber organizado na forma escolar. Para Demo (1994, p. 30), “o aprender faz parte do aprender a aprender”. Isso significa que o processo educativo acontece quando o sujeito consegue refazer criticamente o conhecimento que já está disponível.

Melo e Urbanetz (2013) revelam que o ensino superior não deixa de ser um caminho técnico e político que prepare os educandos para a profissão, mas que também deve ser um

lugar que possibilite ao aluno compreender a sociedade em que vive. Suhr (2012) relata que todas as instituições de ensino superior são responsáveis para além da formação profissional de qualidade, desenvolvendo nos estudantes a capacidade de aprender, bem como de aprimorar a cidadania. Isso porque, independente do profissional que cada curso forma, todos são responsáveis pelo presente e futuro da nação.

Para Valente (2011), tanto a memorização da informação quanto a construção do conhecimento são aspectos pertinentes do processo de aprendizagem, mas que só a primeira não prepara as pessoas para a sociedade do conhecimento. Para Lakomy (2014), a aprendizagem não ocorre somente a partir de uma maturação biológica ou esforço pessoal, mas também de um processo ativo proveniente de uma ação cognitiva individual e da mediação entre o indivíduo com a comunidade social e cultural de aprendizagem a qual pertence.

Isso tem reflexo na qualidade da educação. Quando usamos o termo qualidade, de acordo com Demo (1994), estamos nos referindo à intensidade, perfeição. Está relacionado ao *ser* e não ao *ter*. Já o termo “educação de qualidade” é utilizado para enfatizar o dever construtivo de conhecimento.

Há alguns anos atrás, Marques (1993) já dizia que o desafio imposto aos educadores - profissionalmente empenhados no compromisso que assumiram com seus concidadãos - é a reconstrução da educação posta pelos tempos mudados. E uma mudança imposta pelos tempos desafia o trabalho do docente no uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs), as quais ampliam a concepção de sala de aula como espaço de educação e a presença como tempo de sua ocorrência (QUADROS; SILVA, 2016).

Conforme Marques (1998), as TICs atuam como um pano de fundo das atividades humanas, de modo que não se busca mais a informação para trabalhar sobre as tecnologias, e sim, as tecnologias passam a atuar sobre a informação. A informação é gerada, armazenada, reprocessada e transmitida circularmente ignorando os espaços e tempos, em um processo de virtualização de todo o real.

Embora o uso de tecnologias na educação não é vista com bons olhos por alguns pesquisadores, Martinazzo (2014) aponta que essa discussão não pode ser mais adiada, visto que muitos especialistas e educadores já constataram a relevância deste tema para a educação e para a sociedade. Estamos vivendo em um mundo onde as informações são cada vez mais intensas. O cuidado, nesse sentido, é de que consigamos processar essas informações, convertendo-as em conhecimento e saberes, conforme explana Martinazzo (2014).

Para Martinazzo (2014, p.9), as novas tecnologias implicam em uma reflexão da escola “centrada na organização vertical e em currículos organizados na perspectiva de um programa linear e fragmentado”. É por meio dessa reflexão que poderá surgir outro cenário que contribui para a autonomia e aprendizagem do discente. E justamente por isso ser algo novo, desafiador, é que tem causado tanta preocupação. A partir das informações disponibilizadas pela tecnologia, Martinazzo (2014) revela que a escola e os docentes devem auxiliar o aluno na construção do conhecimento e para compreender a realidade. E isso é feito por meio da religação dos saberes.

Nesse sentido, surge o conceito de educação a distância (EaD). Para Maia e Mattar (2007, p.6), “a EaD é uma modalidade de educação em que professores e alunos estão separados, planejada por instituições e que utiliza diversas tecnologias de comunicação”. De acordo com o Art. 80 da Lei 9.394/96 (LDB), Decreto 5.622, de 20 de dezembro de 2006:

A Educação a Distância é a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Valente (2003) relata que a EaD tem sido vista como solução importante para a quantidade de pessoas a serem educadas. Souza, Franco e Costa (2016) declaram que a EaD facilita o acesso à educação superior, oportuniza a formação, capacitação e inserção do sujeito no mercado de trabalho, caracterizando-se também como um instrumento de política pública. Nesse sentido, Vargas et al. (2016) relatam que a EaD tem sido utilizada como uma estratégia de qualificação de profissionais, como uma técnica para atender as necessidades do novo capitalismo, onde as instituições educacionais encontram novas necessidades de formação dos indivíduos, que precisam de um constante processo de aprendizagem (LUZ; FERREIRA NETO, 2016).

Outro ponto abordado nos estudos sobre EaD é a flexibilidade. Luz e Ferreira Neto (2016) percebem um paradoxo nos seus estudos. Ao mesmo tempo em que a EaD possibilita flexibilidade para os discentes organizarem seus horários de estudo e realização das tarefas, o tecnológico suplanta o pedagógico, de modo que o cronograma dita o ritmo da aprendizagem e não a dificuldade com o conteúdo expressa pelos alunos, como acontece com o ensino presencial. Isso pressupõe uma falta de flexibilidade no sistema desta modalidade.

No que diz respeito ao papel do docente desta modalidade, Silva, Melo e Muylder (2015) informam que o mesmo precisa repensar sua maneira de ensinar, aprender e pesquisar. Isso porque, neste novo cenário, cabe ao docente organizar, gerenciar e regular situações de ensino e aprendizagem, deixando de ser o “dono do saber” a fim de tornar-se um mediador que estimula a curiosidade, o debate e interação dos discentes.

Gagne (1971) relata que, embora o aluno possa se automotivar e guiar seus próprios interesses e esforços, normalmente, essa função é atribuída ao professor. Manter o aluno com interesse no que está fazendo e nas habilidades que está alcançando é uma tarefa que exige muita competência e persuasão. O docente possui a experiência e a sabedoria do adulto. Buarque (2012) acredita que o motor da escola sempre será o docente, mesmo quando ele estiver escondido no software de um computador. E que o papel deste profissional é mostrar ao aluno como surfar nas ondas do conhecimento.

Luz e Ferreira Neto (2016) revelam que o trabalho do docente, em qualquer modalidade, necessita da autonomia para que a mobilização subjetiva, a inteligência e a capacidade de realização venham à tona. Contudo, na EaD, esse trabalho é mais difícil em função do maior controle e registro e divisão das tarefas. Cabe ao docente então, se identificar com as tarefas e conseguir atribuir um significado ao seu trabalho.

Para Luz e Ferreira Neto (2016), essa modalidade exige um docente mediador do conhecimento e um aluno autônomo, para que se consiga obter um melhor aproveitamento da nova forma de ensinar e de aprender. Munhoz (2013), por sua vez, explana que o público mais jovem ainda não possui motivação suficiente para desenvolver atividades de estudo independentes requeridos na modalidade de ensino a distância.

Na visão de De Castro Silva et al. (2016), a EaD estimula e desafia para a prática da curiosidade, contribuindo para a autonomia do aluno. Para Souza, Franco e Costa (2016), não há dúvidas em o aluno ser o agente principal do processo de aprendizagem dessa modalidade, o qual deve ser ativo e autônomo, responsável pela construção de seu conhecimento.

Bruner (1969) também comenta a respeito da autonomia do aluno. Para ele, o ensino é um estado provisório que objetiva tornar o estudante autossuficiente e não permanentemente

dependente do professor. Essa dependência é vista pelo autor como um modo de domínio da matéria sob a condição da eterna presença do docente. Sobre as características dos alunos EaD, Paulin e Miskulin (2015) relatam que esses são capazes de elaborar uma identidade própria no ciberespaço, necessitam certa autonomia nos processo de ensino e aprendizagem, bem como gestão e organização do tempo para estudo.

Para Martinazzo e Amaral (2012, p.60), um dos propósitos da educação escolar sempre foi a busca da autonomia individual. Os autores expõem como características da autonomia do aluno: “a interação, o diálogo, o desafio da criação, as situações de desequilíbrio, o enfrentamento das incertezas, a consideração das diferenças individuais”, dentre outras, importantes para o processo de aprendizagem.

Desta forma, para que haja educação, precisa haver sujeito; ou seja, deve ter construção e participação do aluno. Demo (1994, p. 53) descreve que “somente educação de qualidade é capaz de promover o sujeito histórico crítico e criativo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo objetivou estabelecer um diálogo entre diferentes autores sobre os temas complexidade, aprendizagem e educação a distância. Percebe-se que há uma relação clara entre os mesmos, quando os autores comentam acerca da necessidade de uma reforma no pensamento e, conseqüentemente, da escola (que pode ser estendida para as universidades também). Isso porque, aprendemos a fragmentar o saber para conhecê-lo, mas esquecemos de uni-lo novamente, analisar a relação das partes com o todo. Além disso, somos carentes no que diz respeito à nossa compreensão restrita da realidade. Por vezes, esquecemo-nos que fizemos parte de uma Terra-Pátria e deveríamos assumir uma postura de cidadão crítico, responsáveis pelo presente e futuro da nação.

E essa necessidade de reforma da educação, também pode ser vista na modalidade a distância. Isso porque, em função da utilização das TICs como mediação do processo de ensino e aprendizagem, corre-se o risco de ofuscar o **educar**, convertendo-o em mera transmissão de conhecimento.

Conseqüentemente, o papel dos educadores e educandos sofre alterações nessa modalidade. O docente se transforma em um orientador do aluno, mediador do conhecimento, o qual visa contribuir para a autonomia do educando. Este, além de autônomo, precisa aprender a organizar o seu tempo de estudo, tornar-se mais ativo e participativo. É com a participação ativa dos sujeitos – cidadãos – que conseguiremos melhorar a qualidade da educação, como um todo. Essa não é uma tarefa fácil, pois como Morin (2000, p. 16) descreveu, “é preciso aprender a navegar em um oceano de incertezas em meio a arquipélagos de certeza”.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece a possibilidade de uso orgânico da modalidade de educação a distância em todos os níveis e modalidades de ensino. Brasília: MEC, 1996.

BUARQUE, Cristovam. **"O futuro de um país tem a cara de sua escola no presente" e outras frases educacionais**. Curitiba: InterSaber, 2012.



DE CASTRO SILVA, Lúcia Trindade et al. PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DE ENFERMAGEM SOBRE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. **Ciência e Enfermagem**, Concepción, v. 22, n. 2, p. 129-139, ago. 2016.

DEMO, Pedro. **Educação e Qualidade**. Campinas: Papirus, 1994.

FOLLONI, André. **Introdução à teoria da complexidade**. Curitiba: Juruá, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 49. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GAGNE, Robert Mills. **Como se realiza a aprendizagem**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1971.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKOMY, Ana Maria. **Teorias cognitivas da aprendizagem**. Curitiba: InterSaberes, 2014.

LUZ, Maria Antonieta Mendes da; FERREIRA NETO, João Leite. Processos de trabalho e de subjetivação de professores universitários de cursos de educação à distância. **Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, v. 20, n. 2, p. 265-274, ago. 2016.

MAIA, Carmem. MATTAR, João. **ABC da EaD**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MARTINAZZO, Celso José. AMARAL, Rosemari. **Autonomia e Complexidade: a construção das aprendizagens humanas**. Impulso, Piracicaba • 22(53), 49-61, jan.-jun. 2012.

MARTINAZZO, Celso José; DRESCH, Óberson Isac. O desafio escolar do ensino por disciplina e a necessidade da religação dos saberes. **Educação**: www.ufsm.br/revistaeducacao. Santa Maria. v. 40, n. 2, mai/ago. 2014.

MARTINAZZO, Celso José; ERTHAL, Camila Daniela; LIMA, Priscila de Fátima de Castro. **Edgar Morin: o pedagogo contemporâneo da complexidade**. Anais do XXII Seminário de Iniciação Científica. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014. p. 01-06.

MARTINAZZO, Celso José. GRZECA, Francini Carla. A compreensão da ética complexa: desafio para a educação escolar num mundo planetário. **Revista Teias** (eletrônica) – Ética, Saberes & Escola. V. 12, Nº 25, p. 33-46, mai.-ago. 2011.

MARTINAZZO, Celso José. **Ambientes virtuais: enfatizando a autonomia e a aprendizagem**. Revista da Universidade Vale do Rio Verde: vol. 12, n.1. jan./jul. 2014. p. 455-469.

_____. **A utopia de Edgar Morin: da complexidade à concidadania planetária**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

_____. Identidade humana: unidade e diversidade enquanto desafios para uma educação planetária. Revista: **Contexto & Educação**. Ano 25, nº 84 – p. 31-50 jul./dez. 2010.



MARQUES, Mario Osorio. **A aprendizagem na mediação social do aprendido e da docência**. Ijuí: Unijuí, 2006.

_____. **A escola no computador: outra e mais ampla articulação de linguagens**. Ijuí: Unijuí, 1998.

_____. **Conhecimento e modernidade em reconstrução**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1993.

MELO, Alessandro de; URBANETZ, Sandra Terezinha. **Organização e estratégias pedagógicas**. Curitiba: InterSaber, 2013.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2 ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

MUNHOZ, Antonio Siemsen. **O estudo em ambiente virtual de aprendizagem: um guia prático**. Curitiba: InterSaber, 2013.

PAULIN, Juliana França Viol; MISKULIN, Rosana Giaretta Sguerra. Educação a Distância Online e Formação de Professores: práticas de pesquisas em Educação Matemática no estado de São Paulo. **Bolema**, Rio Claro, v. 29, n. 53, p. 1084-1114, dez. 2015.

QUADROS, Ana Luiza de; SILVA, Rejane Maria Ghisolfi. As TICs na formação de professores: ampliando o conceito de sala de aula. In: NERY, Belmayr Knopki; ZANON, Lenir Basso (Org.). **Tecnologias de informação e comunicação na prática docente em química e ciências**. Ijuí: Unijuí, 2016.

SILVA, Sidinei Pithan da Silva. Conhecimento e complexidade: notas sobre o disciplinar, o interdisciplinar e o transdisciplinar na educação. In: MARTINAZZO, Celso José; SILVA, Sidinei Pithan da; CASSOL, Claudionei Vicente (Org.). **Complexidade e educação em diálogo**. Ijuí: Ed. Unijuí; Frederico Wesphalen: URI, 2016.

SILVA, Mariana Paiva Damasceno; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; MUYLDER, Cristiana Fernandes de. Educação a Distância em Foco: um estudo sobre a produção científica brasileira. **RAM, Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 16, n. 4, p. 202-230, ago. 2015.

SOUZA, Simone de; FRANCO, Valdeni S.; COSTA, Maria Luisa F.. Educação a distância na ótica discente. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 99-114, mar. 2016.

SUHR, Inge Renate Fröse Suhr. **Processo avaliativo no ensino superior**. Curitiba: InterSaber, 2012.

VALENTE, José Armando. Educação a distância: criando abordagens educacionais que possibilitam a construção do conhecimento. In: VALENTE, José Armando; MORAN, José Manuel (Org.). **Educação a distância: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2011.



_____. Educação a distância no ensino superior: soluções e flexibilizações. **Revista Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 7, n. 12, p 139-48, fev. 2003.

VARGAS, Francisca Maria de Almeida et al. A educação a distância na qualificação de profissionais para o Sistema Único De Saúde: metaestudo. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 849-870, dez. 2016.